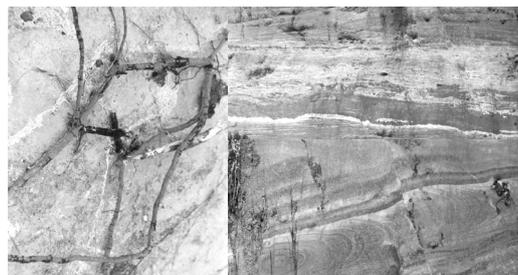


Concluindo: os sujeitos educandos (individuais e coletivos), em sua realidade complexa e diversa no plano social, cultural e geopolítico, são o ponto de partida às práticas educativas. A perspectiva não é de uma visão única e padronizada e unidimensional, mas *unitária*, sempre síntese do diverso. O eixo dos processos educativos e de aprendizagem será, pois, a relação entre ciência, cultura e vida, articulando e apropriando criticamente os conhecimentos socialmente construídos no patamar mais elevado do momento histórico em curso. Trata-se de reconhecer que os sujeitos educandos têm a prerrogativa de um duplo direito: de ver seus valores, conhecimentos e cultura reconhecidos e, ao mesmo tempo, de poder apropriar-se do patrimônio socialmente construído em termos de avanço científico, tecnológico e cultural. Se a escola e as práticas educativas não incorporam esse papel de transcender às realidades particulares na construção de “universalidades” históricas, relativas e sínteses do diverso, elas não têm nenhum sentido histórico e humano.

Referências

- ANDERSON, P. **As origens da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1999.
- FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. (Orgs.). **Teoria e educação no labirinto do capital**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo, Loyola, 1993.
- JAMESON, F. **As sementes do tempo**. São Paulo: Ática, 1997.
- JAMESON, F. **Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio**. São Paulo: Ática, 1996.
- JAMESON, F. **Espaço e imagem: teorias do pós-moderno e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1994.
- MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. Campinas: Ed. Unicamp/Boitempo, 2002.



Inovação/visão única...

Innovation/single view...

Newton César Balzan¹

O texto de Cunha é claro, profundo e provocativo, suscitando uma série de questões bastantes pertinentes sobre a educação e os educadores, não só no Brasil como em outros países do globo. Vejamos algumas delas.

Visão única (...) presença paradigmática dominante... Incentivo à inovação entendido como agir frente a um modelo político que impõe, não raras vezes, a homogeneização como paradigma. Estas expressões, extraídas do texto da Profa. Maria Isabel da Cunha – Mabel – nos remetem diretamente ao atual Modelo CAPES, formulado a partir de uma visão positiva de avaliação, com predominância absoluta de aspectos quantitativos em detrimento de abordagens qualitativas, que devem e precisam ter lugar no processo de avaliação. Modelo que amarra professores-orientadores e estudantes de pós-graduação em uma camisa de força, impingindo-lhes um formato único, provavelmente extraído das Ciências Físicas e Biológicas, que não se aplica às Ciências Humanas e nem mesmo às áreas que a ele deram origem e dão sustentação. Dissertações e teses que atingiriam níveis de excelência são sacrificadas em nome do cumprimento rígido de prazos, desprezando-se as condições regionais e locais. Se, por um lado, devem-se à CAPES valiosíssimas contribuições em prol da pós-

¹ Professor, Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Puccamp, SP. <nbalzan@uol.com.br>

graduação – e, portanto, da produção de conhecimentos – no Brasil, ao longo das três últimas décadas, por outro, o modelo atual de avaliação há muito tempo se encontra praticamente esgotado. Se é inadmissível o fato de consumir dez, quinze, ou mesmo vinte anos na elaboração de uma tese que não tem prazo para terminar, também é inadmissível exigir que se complete uma dissertação de mestrado em 24 meses. Às vezes penso que gostaria de receber uma incumbência por parte da CAPES, com tempo suficiente para terminá-la: algo como analisar e avaliar cerca de cinquenta dissertações e teses, desenvolvidas em instituições diferenciadas quanto à natureza – públicas, particulares, confessionais etc. – e quando às origens – por regiões e Estados. Estou certo de que bem poucas seriam aprovadas. Isto se deve ao fato de muito desta produção trazer erros graves não apenas de redação, como de abordagens nas pesquisas propriamente ditas. Em síntese, o atual modelo de avaliação da CAPES é incompatível com a inovação, a criatividade e o respeito às diferenças.

Inovações (que) exigem dos professores uma reconfiguração de saberes e favorecem o reconhecimento da prática de trabalhar no sentido de transformar a inquietude em energia emancipatória (...) Inovações que implicam um trabalho que consiste, especialmente, em gerir relações sociais com seus alunos (...) Ensinar é fazer escolhas, constantemente, em plena interação com os alunos. A quem é endereçado este discurso? São raros os professores, do ensino fundamental ao superior, que estão inquietos, isto é, indignados com o quadro atual da educação brasileira, entusiasmados com o processos reconhecidamente inovadores e que geram bons resultados, preocupados com os rumos da escola pública, da universidade etc. Penso que há poucos saberes para serem reconfigurados, que grande parte dos docentes se aproxima mais do modelo ameba do que de um retrato vivo e colorido de pessoas preocupadas em gerir relações sociais com seus alunos, conscientes da necessidade de fazer escolhas.

Há espaços para a continuidade de iniciativas emancipatórias, contra a corrente dominante? (...) O homem é por natureza inventivo e carrega a possibilidade da contradição. Penso que os espaços vêm sendo retirados em vez de ampliados. Milhares de professores universitários estão deixando suas atividades para se aposentarem às pressas. Estão deixando um espaço que, de fato, amam e que se tornou parte integrante de suas vidas, exclusivamente devido a uma lei que, assim que for sancionada, lhes trarão perdas salariais enormes, caso optem por continuar trabalhando. São enormes as perdas para o CNPq, para as universidades públicas e para os institutos de pesquisa. Se a necessidade de reformas nas leis que regulam as aposentadorias é um fato indiscutível, isto não significa que alternativas capazes de assegurar a permanência desse pessoal nas instituições públicas não pudessem ser buscadas. Palavras da autora: *“a lógica dominante (...) encontrou um terreno fértil para seu revigoramento nos últimos anos, perante a reconfiguração da concepção de Estado no mundo ocidental”*.

Sim, o homem provavelmente seja inventivo. Convém não nos esquecermos, porém, que esta inventividade em grande parte já terá sido neutralizada, inclusive pela própria escola, local onde não se exerce a criatividade e a invenção, onde geralmente o estudo no sentido exato do termo não ocorre, desde que não se entenda por estudo o ato de devorar matérias para passar nas provas ou decorar conteúdos para obter notas altas no provão. De fato, as pessoas em geral, e os professores, em particular, são capazes de viver nos limites, submetidos à lógica predominante nos processos sociais e educativos. No entanto, são poucos aqueles que têm coragem, força e visão de mundo suficientemente ampla para navegar na fronteira das práticas que ficam às margens. Acrescente-se a isto, no caso dos professores a necessidade de uma cultura geral que lhes permita ir além do pequeno mundo de suas disciplinas, de forma a trabalhar na interdisciplinaridade e mais, na transdisciplinaridade.

De modo geral o texto, embora profundo, padece de certa ingenuidade. É como se a autora, alguém de nível excepcional, soubesse da existência de um grande incêndio mas quisesse correr para apagá-lo antes de olhar o fogo de frente. Ou como um cirurgião que, diante de um paciente sabidamente incurável dissesse: é... está mal, tem problema. Com uma dose maciça de vitaminas tudo se resolve. Não seria este erro básico da maioria de nós, educadores?

